



MANUAL^{DE} DOCTRINA^{DAS} *Assembléias* *de Deus* NO BRASIL

Elaborado pelo
Conselho de Doutrina da CGADB

<http://gospel-book.blogspot.com>

MANUAL_{DE}
DOCTRINA_{DAS}
ASSEMBLÉIAS
De DEUS
NO BRASIL

Elaborado pelo
Conselho de Doutrina da CGADB



Todos os direitos reservados. Copyright © 2000 para a língua portuguesa da Casa Publicadora das Assembléias de Deus. Aprovado pelo Conselho de Doutrina.

Colaboradores

Pr. Antônio Silva

Pr. Isaque Strobel

Pr. Geremias do Couto

Revisão Doutrinaria

Pr. Paulo Roberto Freire da Costa

(Presidente do Conselho de Doutrina)

Pr. Paulo Cesar Lima da Silva

(Secretário do Conselho de Doutrina)

Pr. Dionísio Ignácio Rocha

Revisão de estilo

Pr. Paulo César Lima da Silva

Digitadores

Sandra Pinheiro

Anderson Pereira

Alexandre F. Lima da Silva

Capa e Projeto Gráfico

Flamir Ambrósio

Editoração Eletrônica

Olga Rocha dos Santos

Preparação dos originais

Judson Canto

Revisão de Provas

Alexandre Coelho

As citações bíblicas foram extraídas da versão Almeida Revista e Corrigida, Edição de 1995 da Sociedade Bíblica do Brasil, salvo indicação em contrário.

Casa Publicadora das Assembléias de Deus

Caixa Postal 331

20001-970 Rio de Janeiro, RJ, Brasil

6ª Edição 2004

Conselho
De Doutrina das
Assembléias de Deus
No Brasil

Presidente

Pr. Paulo Roberto Freire da Costa, SP

Secretário

Pr. Paulo César Lima da Silva, RJ

Relator

Pr. Lázaro Benedito Alves, MT

Membros

Dionísio Ignácio Rocha, SP

Wilson Ferreira, ES

Antônio Domingos dos Santos, PA

Juvenil do Santo Pereira, SC

Ronaldo Fonseca de Souza, DF

Antônio Xavier dos Santos Vale, TO

Edson Alves da Silva, AM

José Deusdeditt Farias, CE

Raimundo João de Santana, RN

Sumário

PALAVRA DO PRESIDENTE

1. SOBRE DEUS

2. SOBRE A BÍBLIA

3. SOBRE O NASCIMENTO DE JESUS

4. SOBRE O PECADO

5. SOBRE A SALVAÇÃO

6. SOBRE O BATISMO EM ÁGUAS

7. SOBRE O ESPÍRITO SANTO

8. SOBRE A SEGUNDA VINDA DE CRISTO

9. SOBRE O JUÍZO VINDORO

10. SOBRE A VIDA ETERNA

BIBLIOGRAFIA

PALAVRA DO PRESIDENTE

A grande maioria dos cristãos está vivendo ao sabor de experiências místicas supersticiosas. Pior: nem sequer procuram investigar se o que estão experimentando consubstancia a verdade plena das Escrituras Sagradas. Destarte, tornam-se divulgadores de opiniões que nem mesmo sabem se são verdadeiras ou falsas. Tudo isso está ocorrendo — este é o meu entendimento — pelo fato de termos nos acostumado a escutar, a gravar e a repetir sem ler ou comparar o conteúdo doutrinário de todas as informações bíblicas que nos são passadas. Por essa e por outras razões muito mais fortes é que precisamos tomar a iniciativa de reler, reinvestigar, reanalisar e reinterpretar, ponto a ponto, todas as doutrinas bíblicas esposadas pelas Assembleias de Deus no Brasil, a fim de termos uma visão mais comprometida com a coerência e com a autenticidade das Sagradas Escrituras.

Embora saiba, por observação, que ousadia, coragem, espírito pioneiro, iniciativas novas e especialmente muita prudência são virtudes especiais do evangélico tradicional das Assembleias de Deus, tenho a abso luta certeza de que necessitamos redescobrir a Palavra de Deus que, infelizmente, vem sendo substituída em alguns de nossos púlpitos.

Acredito piamente que o problema fundamental para a proliferação da subcultura pentecostal, na forma de um astigmatismo teológico, está na falta de prioridade. A Palavra de Deus está ficando em segundo plano em nossas reuniões.

Estranhamente, alguns líderes evangélicos fecham-se numa alienação intolerável, quase medieval. Fazem ouvidos moucos, evitam confrontos, preferem não sa-ber, não ouvir, não ler e não aprender a fazer o que é certo. Afora isso, existe ainda uma constelação enorme de evangélicos que estão muito aquém dos limites permitidos em termos de conhecimento bíblico. Daí crescerem, em algumas culturas evangélicas e num rit-mo alucinante, tantos absurdos, distorções e discre-pâncias que comprometem comportamentos e defor-mam padrões cristãos.

Tendo em vista fortalecer as nossas posições dou-trinárias, uma vez que estamos sendo ameaçados pela presença de novos pensamentos, modismos e ideias comprovadamente heréticas, desejamos neste manual analisar o nosso credo, objetivando munir o nosso povo da verdade para poder enfrentar as heresias hodiernas.

Assentado isso, termino aqui fazendo minhas as palavras do profeta Oséias:

O meu povo está sendo destruído, porque lhe falta o conhecimento .

Pr. Paulo Roberto Freire da Costa

Presidente do Conselho de Doutrina da CGADB

1

SOBRE DEUS

Creemos em um só Deus, que é Santo, Criador de todas

as coisas, soberano, eterno, subsistente em três

Pessoas: o Pai, o Filho e o Espírito Santo

(Dt 6.4; Mt 28.19; Mc 12.29).

Em nenhuma parte da Bíblia Sagrada os escritores bíblicos se empenham para provar a existência de Deus. Eles partem do pressuposto básico de que Deus existe e ocupam-se em descrever tão-somente as ações de Deus e o seu caráter (Gn 1.1; Hb 11.3).

Mas a Bíblia dá testemunho de Deus em ação no mundo físico, na história e na vida particular dos indivíduos. Esses testemunhos despertam, aperfeiçoam e fortalecem a fé na Pessoa de Deus.

Embora a Bíblia fale de homens que dizem em seus corações que "não há Deus", a presença divina no mundo é fato real e insofismável.

Os ateus praticantes que tentam banir a Deus de seus pensamentos fazem-no pelo fato de o terem retirado primeiramente de suas vidas. Mas é de um escritor alemão a desconcertante frase sobre o ateísmo: "Cada ateu abriga um crente no coração". "

Existência de Deus

De acordo com alguns biblistas, a existência de Deus é uma verdade primária e fundamental. Uma verdade é primária ou fundamental quando se caracteriza pela universalidade, necessidade e auto-evidência. Ou seja: uma verdade que é aceita universalmente, que se impõe como necessária para que se possa explicar as demais realidades e que se mostre por si mesma, sem depender de uma prova preliminar, dada pelo homem, para ser aceita.

São concebidos como verdades primárias o tempo, o espaço, o número, causa e efeito, idéia do bem e do mal. As noções dessas verdades são intuitivas no homem e desenvolvem-se pela experiência. Assim é também Deus para o ser humano: uma verdade fundamental, primária, que é aceita e vivida na experiência da vida.

A idéia de que Deus existe é universal. Em qualquer cultura, povo ou época encontra-se esta crença. A existência de Deus é necessária para que o homem tenha resposta adequada para as questões fundamentais levantadas pelo pensamento humano. Ela é auto-evidente: mostra-se por si só [sic]. Independe de ser aprovada pelo homem para

que seja aceita por verdade. É como uma flor que, exalando seu perfume, prova sua existência e presença aos circunstantes que têm a capacidade de sentir o cheiro. *

*Severa, Zacarias de Aguiar. Manual de Teologia Sistemática. Curitiba: AD Santos, s.d.

O livro Teologia sistemática: uma perspectiva pentecostal, de Stanley Horton, publicado pela CPAD, tem uma visão bem contemporânea dos temas dogmáticos

Acerca de Deus disse Jó: "[...] faz grandes coisas que nós não compreendemos" (Jó 37.5,6, grifo nosso).

Não é porque não compreendemos uma coisa que ela deixa de existir. Mesmo que Deus não seja alcançado pela compreensão humana, Ele continua reinando soberano sobre tudo e sobre todas as coisas: "Vós sois as minhas testemunhas, diz o Senhor, e o meu servo, a quem escolhi; para que o saibas, e me creiais, e entendais que eu sou o mesmo, e que antes de mim deus nenhum se formou, e depois de mim nenhum haverá" (Is 43.10).

A natureza de Deus

Deus é apresentado na Bíblia como infinitamente perfeito (Dt 18.13; Mt 5.48). Logo, a sua obra é perfeita (Dt 32.4), e também os seus caminhos (SI 18.30). Todas as características de sua Pessoa e de sua natureza não são apenas expressões de alguma atitude que demonstra ou possui, mas constituem a própria substância de sua divindade.

Não se pode explicar a natureza de Deus, mas somente crer nEle. Podemos basear a nossa doutrina sobre Deus nas pressuposições já citadas e nas evidências demonstradas nas Escrituras. Alguns textos bíblicos atribuem à pessoa de Deus qualidades que os seres humanos não possuem, ao passo que outros textos o descrevem em termos de atributos morais compartilhados pelos seres humanos, ainda que de forma limitada. Por exemplo, Deus é santo por natureza, e o homem, por participação (Rm 1.4; 2 Co 7.1; 1 Ts 3.13).

O Antigo Testamento usa o termo "santo" em sentido absoluto apenas quando se refere à majestade incriada e inteiramente inacessível de Deus, sendo que tudo o mais, em comparação a Ele, é o absolutamente não-santo (Êx 15.11).

Em comparação a Deus, ninguém e nada é santo ou puro, e homem nenhum pode se atrever a chamar-se santo ao lado de Deus (Jó 4.17; 15.4; 25.4-6). Só Deus santifica, i. é, só Ele faz o homem participar de sua santidade; é de Deus que vem a santidade de Israel.

A esse princípio segue imediatamente o seu aspecto ético, que é realçado, sobretudo pelo contraste com a pecaminosidade do homem.

A natureza de Deus é identificada com mais freqüência por aqueles atributos que não possuem analogia com o ser humano. Deus existe por si mesmo, sem depender de outro ser. Ele é a fonte originária da vida, tanto ao criá-la quanto ao sustentá-la. Deus é espírito; Ele não está confinado à existência material e é imperceptível ao olho físico. Sua natureza é imutável, já mais se altera. Posto que o próprio Deus é o fundamento do tempo, Ele não pode ser limitado pelo tempo. Ele é eterno, sem começo nem fim. Deus é totalmente consistente dentro de si mesmo. O espaço não pode limitá-lo, pois Ele é onipresente. Deus também é onipotente, pois é poderoso para fazer tudo que esteja de

acordo com a sua natureza e segundo os seus propósitos. Além disso, é onisciente; conhece efetivamente todas as coisas — passadas, presentes e futuras. Em todos esses atributos o cristão pode achar o consolo e a confirmação da fé, ao passo que o incrédulo é advertido e motivado a crer.

De acordo com Cari Braaten, Deus tanto é contínuo como tem um ser contínuo, tudo o mais é temporário.

É preciso ressaltar ainda que não existe contradição entre a natureza perfeita de Deus e o seu poder ilimitado. Porque Deus jamais fará coisa alguma incompatível com a sua perfeita santidade. Ele, que tudo pode (Jó 42.2), só faz o que lhe apraz (SI 115.3). Porém, existem coisas que o Onipotente não pode fazer: Ele não pode mentir (Nm 23.19; Tt 1.2; Hb 6.18), não pode negar-se a si mesmo (2 Tm 2.13) e não pode fazer injustiça (Jó 8.3; 34.12). Ele é sempre santo em todas as suas obras (SI 145.17). Deus também não faz acepção de pessoas (2 Cr 19.7; Rm 2.11).

Os atributos de Deus

Atributo é aquilo que qualifica um ser. Ao conhecer os atributos de um objeto, buscamos a essência de sua natureza. Quando conhecemos a Deus, descobrimos os seus atributos e o reconhecemos como um ser infinito.

Encontramos nas Escrituras os atributos de Deus. Elas declaram o que Ele é e o que Ele faz. É verdade que, como criatura, desvendá-los ou relacioná-los no seu todo é tarefa difícil, se não de todo impossível para nós.

O apóstolo, escrevendo sobre a glória de Deus, declara: "Aquele que tem, ele só, a imortalidade e habita na luz inacessível; a quem nenhum dos homens viu nem pode ver; ao qual seja honra e poder sempiterno" (1 Tm 6.16).

Encontramos nas Escrituras os atributos absolutos de Deus: vida, personalidade, imutabilidade, unidade, verdade, amor, santidade, bondade, misericórdia e justiça.

Os atributos naturais de Deus são: onipresença, onisciência e onipotência.

Onipresença. Deus relaciona-se com tudo e todos ao mesmo tempo. Está presente em toda a sua personalidade. Não há como fugir da presença de Deus. "Para onde me irei do teu Espírito ou para onde fugirei da tua face? Se subir ao céu, tu aí estás; se fizer no Seol a minha cama, eis que tu ali estás também; se tomar as asas da alva, se habitar nas extremidades do mar, até ali a tua mão me guiará e a tua destra me susterá" (SI 139.7-10).

Onisciência. Deus é onisciente porque conhece todas as coisas. Nada há que se esconda de sua onisciência. "E até mesmo os cabelos da vossa cabeça estão todos contados" (Mt 10.30). Na onisciência de Deus, o futuro também está presente: "Lembra-vos das coisas passadas desde a antiguidade: que eu sou Deus, e não há outro Deus, não há outro semelhante a mim; que anuncio o fim desde o princípio e, desde a antiguidade, as coisas que ainda não sucederam" (Is 46.9,10). A onisciência de Deus garante-nos que todos os futuros julgamentos serão de acordo com a verdade.

Onipotência. O apóstolo João, na ilha de Patmos, assim descreve parte de sua visão apocalíptica: "Depois destas coisas, olhei, e eis que estava uma porta aberta no céu; e a primeira voz, que como de trombeta ouvira falar comigo, disse: Sobe aqui, e mostrar-te-

ei as coisas que depois destas devem acontecer. E logo fui arrebatado em espírito, e eis que um trono estava posto no céu, e um assentado sobre o trono" (Ap 4.1,2).

Quando Deus apareceu a Abrão, em Gênesis 17.1, disse-lhe: "Eu sou o Deus Todo-poderoso [...]". Entendemos que o mundo físico ou material e o mundo espiritual dependem de seu poder e por ele são controlados. É do trono que emana toda ordem para o mundo visível e para o invisível. Deus não está sujeito a nenhuma força exterior ou contrária à sua vontade. É soberano em todo o Universo: "Ele é o que está assentado sobre o globo da terra, cujos moradores são para ele como gafanhotos; ele é o que estende os céus como cortina e os desenrola como tenda para neles habitar" (Is 40.22; cf. vv. 12-15).

A Trindade

Ainda que não se encontre nas Escrituras a palavra "Trindade", é bíblico, no entanto, o fundamento dessa doutrina, presente nos ensinamentos proferidos por Jesus Cristo e seus apóstolos.

Encontramos no Antigo Testamento a doutrina da Trindade: a) na criação e formação do homem (Gn 1.1,26); b) na dispersão dos rebeldes de Babel (Gn 11.1-7); c) na chamada do profeta Isaías (Is 6.3) e em tantas outras passagens.

Mas é no Novo Testamento que encontramos de forma mais explícita essa doutrina. No início do ministério de Jesus, por ocasião do seu batismo em águas, o Espírito Santo desce sobre Ele e o Pai lhe diz: "Este é o meu Filho amado, em quem me comprazo" (Mt 3.17). Observa-se nesse episódio a Trindade em cena, ratificando assim a sua realidade no Novo Testamento. Vemos também, em João 14.16, que Jesus roga ao Pai para que envie aos discípulos o Espírito Santo.

Findando o seu ministério, Jesus ordena aos discípulos que preguem e ensinem o Evangelho a todas as nações, "batizando-os em nome do Pai, e do Filho, e do Espírito Santo" (Mt 28.19). Essa é mais uma clara referência à Trindade.

Nos ensinamentos de Paulo, há referências cabais sobre a Trindade. Aos irmãos da Igreja em Corinto ele diz: "A graça do Senhor Jesus Cristo, e o amor de Deus, e a comunhão do Espírito Santo sejam com vós todos. Amém!" (2 Co 13.13).

Diante do exposto, é impossível que se negue a doutrina da Trindade nas Escrituras, visto que a encontramos não somente nos textos considerados por alguns como simples inferências, mas também, e principalmente, nos textos que são referências reais, e não somente verbais.

Concluindo, Paulo cita, em Efésios 1.3, a obra da Trindade na salvação dos homens, referindo-se ao Pai, ao Filho e ao Espírito Santo: "Bendito o Deus e Pai de nosso Senhor Jesus Cristo, o qual nos abençoou com todas as bênçãos espirituais nos lugares celestiais em Cristo".

2

SOBRE A BÍBLIA

**Creemos na inspiração divina e plenária da Bíblia,
bem como na sua infalibilidade e Inerrância,
como única regra infalível de fé normativa
para a vida e o caráter cristãos
(2 Tm 3.14-17).**

Desde os primórdios da civilização o homem, para viver em grupo, necessitou de normas que regulassem os seus direitos e deveres. Surge assim, após laboriosas experiências, a Constituição, que, transgredida, priva o cidadão dos bens maiores: a vida, a liberdade etc. Semelhantemente, no mundo espiritual, Deus estabeleceu a Bíblia Sagrada como fonte de vida. A Palavra de Deus liberta da escravidão do pecado os que vivem na mentira. Horace Greeley assim define a importância da Bíblia: "É impossível escravizar mental ou socialmente um povo que lê a Bíblia". Os princípios bíblicos são os fundamentos da liberdade humana: "E conhecereis a verdade, e a verdade vos libertará" (Jo 8.32). A Bíblia lida, crida e vivida liberta o homem da escravidão do pecado, pois quem comete pecado é escravo do pecado. Necessitamos da Bíblia, pois é alimento para a alma: "Achando-se as tuas palavras, logo as comi, e a tua palavra foi para mim o gozo e alegria do meu coração; porque pelo teu nome me chamo, ó Senhor, Deus dos Exércitos" (Jr 15.16).

A Escritura Sagrada é a segurança para caminharmos no mundo de trevas: "Lâmpada para os meus pés é a tua palavra e luz para o meu caminho" (SI 119.105). Muitos andam em trevas por não conhecerem a luz gloriosa de Deus.

A Bíblia é a maravilhosa biblioteca de Deus com seus sessenta e seis livros. É acima de tudo a verdade para o fatigado peregrino; é hábil, eficaz e vigoroso cajado. Para os sobrecarregados e oprimidos pelos fardos da vida, ela é suave descanso; para os que foram feridos pelos delitos e pecados, é um bálsamo consolador. Aos aflitos e desesperados, sussurra uma alegre mensagem de esperança. Para os desamparados e arrastados pelas tormentas da vida, é uma âncora segura; para a solidão, é uma mão repousante [sic] que acalma e tranqüiliza suas mentes. **

** Eleanor, L. Doan.

A autenticidade da Bíblia

A autenticidade da Bíblia baseia-se na sua infalibilidade e inerrância. Os atributos da divindade são por ela revelados. Ela é autêntica em tudo, pelo fato de o próprio Deus ser o seu Autor, e o Espírito Santo, o seu Inspirador. Nela são autênticas e inerrantes as revelações e os fatos narrados.

Nestes últimos dias, o racionalismo tem se oposto vorazmente contra a autenticidade, a infalibilidade e a autoridade da Bíblia. Mas o ateísmo jamais poderá ofuscar a autenticidade das Escrituras. O problema do ateu em não querer aceitar a Bíblia como Palavra de Deus está na forma como ele se comporta ao ler as Escrituras, pelo fato de não querer observar o que ela realmente está dizendo. Uma das principais afirmações da autenticidade da Bíblia é sustentada por Jesus, quando diz aos judeus que as Escrituras dão testemunho dEle (Jo 5.39). Ora, se Jesus já existia antes da fundação do mundo e as Escrituras falam a respeito dEle, isso de fato prova a autenticidade da Bíblia Sagrada.

Outra passagem das Escrituras que revela a sua autenticidade é a menção de Jesus ao profeta Jonas, cujo livro foi escrito aproximadamente 790 anos antes de Cristo. Nessa passagem Jesus afirma que Jonas esteve no ventre do grande peixe por três dias e três noites e que o profeta pregou aos ninivitas. Diante disso, chega a ser grotesco tentar obscurecer ou mesmo contestar a inerrância das Escrituras, visto que o próprio Jesus Cristo confirmou a sua veracidade: "Santifica-os na verdade, a tua palavra é a verdade" (Jo 17.17).

A inspiração da Bíblia

A alta crítica, oriunda do liberalismo teológico que varreu a Europa nos séculos XIX e XX, recrudescceu a batalha entre a fé e a ciência. Baruch Spinoza, um dos ícones do modernismo histórico, foi o mais voraz crítico da inspiração bíblica, ao asseverar que não foi Moisés o autor do Pentateuco. Por isso foi excomungado da comunidade judaica, morrendo em total isolamento.

Daí para a frente, as Escrituras tornaram-se o grande alvo dos ataques de filósofos e teólogos liberais como Harnack, Bultmann, Renan, Schweitzer, Reimarus, Dibelius, Bultman, Straus e tantos outros que tentaram ridicularizar a Bíblia como livro inspirado por Deus.

Em face dos mais densos ataques da Escola Alemã desferidos contra as Escrituras, o fundamentalismo, movimento antiliberal do século XIX, saiu em defesa da inspiração plenária das Escrituras.

Conquanto devamos ter cuidado para não pensar a inspiração como psicografia — que, aliás, é de origem maligna —, não podemos negar o fato inextirpável de que só o sopro criativo e inteligente de Deus (graphê theopneustos, 2 Tm 3.16), pôde preservar a estrutura, a lógica e a coerência que a Bíblia possui.

As Escrituras tanto falam da inspiração do escritor quanto da inspiração do escrito: um é o agente, o outro é o efeito. Por exemplo, o texto de 2 Timóteo 3.16 ("Toda a Escritura é divinamente inspirada") faz referência ao escrito como inspirado. Já 2 Pedro 1.21 ("Homens santos de Deus falaram inspirados pelo Espírito Santo") fala do escritor.

A inspiração plenária da Bíblia é fato incontestável porque assuntos vitais como expiação, salvação, ressurreição, recompensa e castigo futuros requerem a direção de um Espírito infalível a fim de se evitarem informações que levem ao erro.

Dentro do mesmo assunto, destacam-se ainda duas posições que os modernistas não conseguem negar, embora não concordem com elas: a) a inspiração plenária e verbal da Bíblia e b) a inspiração e inerrância das Escrituras.

Inspiração plenária e verbal. Inspiração plenária significa que toda a Bíblia é inspirada em todas as suas partes. Cristo nunca faz distinção entre os livros da Bíblia quanto à sua origem divina e autenticidade, mas aplica a expressão "Palavra de Deus" a todo o cânon do Antigo Testamento. O mesmo fizeram os apóstolos (2 Tm 3.16).

Inspiração verbal significa que, na preparação das Santas Escrituras, a superintendência do Espírito Santo se estende às próprias palavras empregadas. As Escrituras constantemente afirmam que as suas palavras foram dadas ou dirigidas pelo Espírito Santo (At 28.25; 1 Co 2.13; 2 Pe 1.21).

Inerrância da Bíblia. Inerrância não significa que os escritores eram infalíveis, mas que seus escritos foram preservados de erros. Inerrância significa que a verdade é transmitida em palavras que, entendidas no sentido em que foram empregadas, não expressava erro algum.

Verificação

O Antigo Testamento declara-se escrito sob inspiração especial de Deus. A expressão "Deus disse" — ou "disse Deus" —, como forte indicador da chancela divina nos escritos sagrados, é usada mais de 2.600 vezes na Bíblia.

A Lei, os Salmos, os Profetas, os Evangelhos, as Epístolas, o Apocalipse — enfim, todo o Antigo Testamento e todo o Novo Testamento —, recebem de Deus um cuidado especial na sua inspiração. O Novo Testamento cita as leis antigas e faz menção delas com harmonia. Por isso há uma diferença insondável entre a Bíblia e qualquer outro livro. Essa diferença deve-se à origem, à forma e à organização da Bíblia.

Contendo 66 livros escritos por uns quarenta autores, num período de mais ou menos 1.600 anos, abrangendo uma variedade de tópicos, a Bíblia demonstra uma unidade de tema e propósito que só se explica como tendo ela uma mente diretriz.

Quantos livros suportam sucessivas leituras? Quantos conseguem ser lidos todos os dias da vida? A Bíblia pode ser lida não só muitas vezes, mas todos os dias e em todas as horas da vida. A Bíblia tem o seu lugar reservado em todas as bibliotecas do mundo, em cada casa e no coração do homem. Ela pode ser lida centenas de vezes, sem que se possam sondar as suas profundezas e sem que se perca o interesse pela sua leitura.

A Bíblia está traduzida em milhares de idiomas e dialetos e é lida em todos os países do mundo. O tempo não a afeta. É um dos livros mais antigos do mundo e ao mesmo tempo o mais moderno.

As defesas intelectuais da Bíblia têm o seu lugar, mas, afinal de contas, o melhor argumento é o prático. A Bíblia tem produzido resultados práticos indiscutíveis: tem influenciado civilizações, transformado vidas e trazido luz, inspiração e conforto a milhões de pessoas. E, nesse e em muitos outros sentidos, a sua obra ainda continua.

3

SOBRE O NASCIMENTO DE JESUS

Cremos, como dizem as Escrituras, na concepção

virginal de Jesus, como obra exclusiva

do Espírito Santo

(Is 7.14; At 1.9; Rm 8.34).

Em nosso credo, confessamos que Jesus foi concebido pelo Espírito Santo. Desde o iluminismo essa doutrina tornou-se uma das mais disputadas. Na teologia contemporânea, Emil Brunner nega a concepção virginal de Cristo em seu livro *The Mediator*. Ele o chama de "curiosidade biológica" e vê uma possível conexão com o docetismo porque essa doutrina fazia com que o Espírito Santo usurpasse a função do pai humano. Como poderia Jesus ser como nós em todos os sentidos se realmente não tinha um pai humano? Karl Barth, teólogo contemporâneo de linha ortodoxa, rejeita os argumentos de Brunner, chamando-os de "um mau negócio". Wolfhart Pannenberg toma o partido de Brunner, perguntando se os argumentos de Barth a favor da concepção virginal não o colocam "na trilha da mariolatria romana". Para Pannenberg, "a história da concepção virginal traz todas as marcas de uma lenda". Ele conclui: "A teologia não pode manter a idéia da concepção virginal de Jesus como fato miraculoso a ser postulado na origem de sua vida terrena".

De acordo com a teologia modernista, a verdade da concepção pelo Espírito Santo consiste em que Deus foi o autor da salvação realizada através de Cristo desde o início, e não apenas em sua ressurreição, nem na cruz, nem no batismo. Ou seja, desde o momento de sua concepção por Maria. Segundo a linha teológica liberal, a história da concepção virginal de Jesus é vista como um símbolo.

Como fica evidente, o interesse primário da teologia liberal é demolir e esvaziar o sobrenatural da concepção de Jesus. A concepção virginal é por eles chamada de "uma extravagante intervenção no curso da natureza".

Nascimento sobrenatural

Quando o *Manifesto do Círculo de Viena* (1929), com sua ideologia puramente científica, começou a defender o conteúdo e o método das ciências da natureza como única ferramenta capaz de subministrar uma cosmovisão rigorosa, exata e científica, asseverando que não há mistérios, e sim problemas que podem ser claramente formulados, investigados e resolvidos, acabou por subtrair o sobrenatural, estreitando totalmente o espaço para a fé e para a teologia.

Mas a redução do conhecimento ao campo experimental, que, por sua vez, se baseia no imediatamente dado, elimina da fé a verdadeira natureza do conhecimento. Contra isso manifestou-se L. Wittgenstein, no seu Tratado lógico de filosofia: "O que se pode em geral dizer, pode-se dizer claramente; e sobre aquilo de que não se pode falar, deve-se calar".

É absolutamente impossível falar da concepção virginal de Jesus com a exclusão do sobrenatural. Até porque a Bíblia é um livro que acentua o tempo todo as intervenções sobrenaturais de Deus na história humana. Visto pelo âmbito do sobrenatural, a concepção virginal de Jesus é um dos maiores milagres efetuados por Deus no Novo Testamento.

Lucas, por exemplo, fala do nascimento de João Batista como resultante do sobrenatural e desemboca a sua narrativa no nascimento inusitado de Jesus Cristo: "E, respondendo o anjo, disse-lhe: Descerá sobre ti o Espírito Santo, e a virtude do Altíssimo te cobrirá com a sua sombra; pelo que também o Santo, que de ti há de nascer, será chamado Filho de Deus" (Lc 1.35).

A concepção virginal de Jesus, como ação sobrenatural pujante, avilta os círculos da ciência, mexe com os brios dos ateus, desafia a teologia liberal e confunde os agnósticos. Conquanto a Bíblia não se preocupe em descer a detalhes racionais formais, não se exclui de contar o nascimento de Jesus como fato decorrente da intervenção sobrenatural e direta de Deus. De fato, o milagre da concepção virginal de Jesus quebra todas as leis científicas, como também transcende as ciências sociais e humanas, pelo fato de mostrar-se como algo absolutamente inexplicável.

Embora nos últimos dois séculos os teólogos liberais e filósofos modernistas tenham desenvolvido um preconceito contra o sobrenatural, a concepção virginal de Jesus é fato indiscutível no Novo Testamento.

Paulo declara que Jesus é "nascido de mulher" (Gl 4.4). E continua: "[...] grande é o mistério da piedade: Aquele que se manifestou em carne [...]" (1 Tm 3.16, grifo nosso). Diz ainda: "[...] sendo em forma de Deus [...] tomando a forma de servo, fazendo-se semelhante aos homens" (Fp 2.6,7). Desse modo, Paulo ensina a encarnação. As expressões "nascido de mulher" e "grande é o mistério da piedade", por absoluta unanimidade dos biblistas, referem-se à concepção virginal de Jesus.

Prova da concepção virginal

A prova escriturística da concepção virginal de Jesus pode ser vista em alguns dos fatos narrados pelos evangelistas Mateus e Lucas. O primeiro mostra os escrúpulos de José, sua perplexidade e temores, bem como os seus planos de fuga diante da revelação intrigante do anjo. O segundo, Lucas, apresenta o comportamento de Maria, sua fala, suas perguntas, bem como a perplexidade em face da paradoxal revelação.

Do exposto, concluímos que ambos os evangelistas:

- a) concordam que a concepção de Jesus foi milagrosa;
- b) declaram também que foi predita pelos anjos e c) mostram que nesse nascimento cumpriram-se as profecias: "Portanto, o mesmo Senhor vos dará um sinal: eis que uma virgem conceberá, e dará à luz um filho, e será o seu nome Emanuel" (Is 7.14).

O dogma da Virgem Maria

O dogma católico da Virgem Maria declara que Maria, mesmo após o nascimento de Jesus, permaneceu virgem. É de Atanásioo distorcido dogma de Maria "Mãe de Deus". Todavia, a Bíblia rebate essa idéia estapafúrdia com uma passagem clássica do Novo Testamento, que mostra claramente que Maria teve filhos e filhas:

Não é este o filho do carpinteiro? E não se chama sua mãe Maria, e seus irmãos, Tiago, e José, e Simão, e Judas? E não estão entre nós todas as suas irmãs? Onde lhe veio, pois, tudo isso? (Mt 13.55,56).

4

SOBRE O PECADO

**Cremos que o pecado degenerou o homem e, como consequência,
destituíu-o da glória de Deus e que somente o arrependimento
e a fé na obra expiatória e redentora de Jesus Cristo
o podem restaurar a Deus
(Rm 3.23; At 3.19).**

Não há necessidade de se discutir a realidade do pecado. A história e o próprio conhecimento íntimo do homem oferecem abundantes testemunho do fato. Muitas teorias, porém, apareceram para negar, desculpar ou diminuir a natureza do pecado. As Escrituras, porém, asseveram: "Enganoso é o coração, mais do que todas as coisas, e perverso; quem o conhecerá?" (Jr 17.9); "Não há quem faça o bem, não há sequer um" (SI 14.3); "Todos nós andamos desgarrados como ovelhas" (Is 53.6); "Pois já dantes demonstramos que, tanto judeus como gregos [gentios], todos estão debaixo do pecado" (Rm 3.9); "Se dissermos que não temos pecado, enganamo-nos a nós mesmos, e não há verdade em nós" (1 Jo 1.8).

A pura verdade é que o pecado é uma realidade incontestável, pois está presente tanto na história como na consciência de cada ser humano. Os que tentam relativizar a existência do pecado, exorcizá-la, bani-la, ou até mesmo negá-la, devem atentar para a declaração do velho teólogo Berkroft: "O pecado é uma coisa que existe na realidade, seja latente nos vulcões adormecidos da natureza humana, seja patente na devastadora paixão ardente do homem".

Obviamente, não é preciso dizer que este mundo não é perfeito e nem as coisas são como deveriam ser. As injustiças sociais, as economias iníquas e desequilibradas, as dominações imperialistas, que matam e destroem para impor o seu poder, estão aí para provar a degeneração do ser humano. Além disso, temos a imoralidade, os enganos, o orgulho desmedido, os furtos, a violência rural e urbana, os assassinatos, o abuso de menores, os estupros, as mentiras torpes e premeditadas, as ações maquiavélicas da mais profunda crueldade, levadas a efeito todos os dias na morte dos meninos de rua, nas guerras (derramamento inútil de sangue) com fins políticos e econômicos. Se isso ainda não for suficiente para provar a realidade do pecado aos que o negam, temos ainda o testemunho incontestável das religiões falsas e pagãs que, com seus sacrifícios cruentos, evidenciam o sentimento de culpa pelo pecado que impulsiona os homens a oferecer holocaustos.

E o que dizer da literatura mundial, repleta de ponderações ou citações que exprimem a realidade fatídica do pecado, como um fato triste e reconhecido em toda parte?

Sou uma criatura caída [...] uma base iníqua existia em minha vontade antes de determinado ato (Coleridge).

Todos temos pecado, uns mais, outros menos (Sêneca).

Não vejo em outros qualquer falta que eu mesmo não possa ter cometido (Goethe).

Não penses que tens feito qualquer progresso em direção à perfeição até que sintas que és o menor de todos os seres humanos (Thomas à Kempis).

Cada pessoa tem de condenar-se a si mesma, com justiça, por ser o maior pecador que conhece (Law).

Depois de todas essas provas exaustivas da pecaminosa condição de todo o gênero humano, não há o que desmentir ou negar: o pecado é uma realidade presente no mundo que "jaz no maligno".

A origem do pecado

Uma vez que é difícil para a mente humana compreender o problema da origem do pecado, podemos dizer que, biblicamente, a primeira demonstração de pecado ocorreu quando Satanás, por causa da soberba, foi expulso da presença de Deus. "E tu dizias no teu coração; Eu subirei ao céu, e, acima das estrelas de Deus, exaltarei o meu trono, e, no monte da congregação, me assentarei, da banda dos lados do Norte" (Is 14.13). Essa passagem não se refere apenas ao rei de Tiro, mas também, no seu *sensus plenior*, a Satanás (Lc 10.18).

A soberba e a prepotência foram os elementos que provocaram o primeiro pecado. A essência do pecado é, portanto, arrogância, desejo de ser igual a Deus, a asserção da independência humana contra Deus, a constituição da razão, moralidade e cultura autônomas. "Ora, a serpente era mais astuta que todas as alimárias do campo que o Senhor Deus tinha feito. E esta disse à mulher: É assim que Deus disse: Não comereis de toda árvore do jardim?" (Gn 3.1).

O pecado, portanto, originou-se da livre escolha do homem em querer tornar-se como divindade. Pois, disse a serpente à mulher, "sereis como Deus, sabendo o bem e o mal. E, vendo a mulher que aquela árvore era boa para se comer, e agradável aos olhos, e árvore desejável para dar entendimento, tomou do seu fruto, e comeu, e deu também a seu marido, e ele comeu com ela" (Gn 3.5,6).

A consequência do pecado

Quando Adão, deixando de obedecer a Deus, caiu em transgressão, ele não só prejudicou a si mesmo como também a toda a raça humana, a quem ele representava (Rm 5.12). O primeiro efeito da desobediência de Adão foi à morte, na expressão redundante do hebraico: "morrendo morrerás" (Gn 2.17). Não se tratava tão-somente da morte física, porém, porque fisicamente Adão continuou vivendo, mas da morte espiritual, a separação de Deus (Ef 2.1-5). Por isso quando se dá a conversão do pecador a Deus, ele (o pecador) recebe vida espiritual, que antes não existia nele em consequência da transgressão de Adão (Rm 5.12-14). A pior consequência do pecado é

a morte, tanto a espiritual e física quanto a eterna (Gn 3.19; Ap 20.14; 21.8). A morte, na linguagem bíblica, será o último inimigo a ser vencido (1 Co 15.26).

O pecado, portanto, trouxe várias e terríveis conseqüências aos homens, entre as quais a morte eterna, que significa uma existência de sofrimento resultante da separação eterna de Deus numa existência má e degradante.

A natureza do pecado

O caráter santo de Deus é norma absoluta, única e final para o julgamento dos valores morais. Não há, portanto, norma moral à parte de Deus. Logo, pode-se declarar, sem medo de estar errando, que o pecado é mau porque é diferente de Deus.

O pecado, visto por essa ótica, é descrito como transgressão de qualquer das leis de Deus, as quais foram dadas como norma para a criatura racional. O pecado é um ato e um estado da vontade pessoal contra Deus e sua vontade. Origina-se da totalidade da pessoa arraigada e relacionada com aquilo que transcende a mesma pessoa, expressa-se na complexidade da força e da fraqueza da pessoa e resulta na distorção de todas as relações pessoais.

Conforme o ensino das Escrituras Sagradas, todo homem está afastado de Deus pela corrupção do pecado. Essa natureza consiste na perda da justiça original que o homem tinha antes de pecar. Por conseguinte, todo homem está corrompido, e essa corrupção manifesta-se em uma aversão a todo o espiritual, uma inimizade com Deus e uma inclinação positiva para o mal. Portanto, o pecado, em sua natureza, envolve tanto a culpabilidade quanto a corrupção. O estado de pecado em que o homem caiu consiste no crime do primeiro pecado de Adão, na falta de retidão original, na corrupção de toda sua natureza, o que ordinariamente é chamado de pecado original.

Agora, para sustentarmos a doutrina bíblica do pecado original, temos que estabelecer três pontos, a saber:

1. Todos os homens, descendentes de Adão por geração ordinária, estão destituídos da justiça original e sujeitos à corrupção da natureza.
2. A corrupção original afeta todos os homens, não somente no corpo, mas também as faculdades da alma.
3. Sua natureza é tal que antes da regeneração os homens estão completamente indispostos e espiritualmente incapazes e contrários a tudo que é bom (Ef 2.1).

Encerramos citando Karl Barth, teólogo contemporâneo, que define o pecado como uma oposição ao *modus vivendi* cristocêntrico:

Pecado é tudo aquilo que, visto em Cristo, se caracteriza essencialmente como oposto de sua conduta.

5

SOBRE A SALVAÇÃO

**Cremos na salvação presente, imediata, completa e perfeita
e na justificação do homem recebidas gratuitamente
de Deus pela fé no sacrifício efetuado por Jesus Cristo
(At 10.43; Rm 3.24-26; 10.13; Hb 5.9; 7.25).**

A doutrina da salvação é uma das mais ricas em toda a Bíblia Sagrada. Ela é o grande dom de Deus aos homens: "Porque pela graça sois salvos, por meio da fé; e isso não vem de vós; é dom de Deus. Não vem das obras, para que ninguém se glorie" (Ef 2.8,9). A salvação não é uma conquista humana, e sim um dom de Deus. Nenhum ser humano deve imaginar que os seus méritos possam conquistar a salvação. Primeiramente, porque "todos pecaram"; segundo, porque só através de Jesus Cristo o homem pode ser salvo. É a salvação, como manifestação concreta da graça de Deus, que nos traz a regeneração, a justificação, a santificação, a libertação, a cura e tantas outras bênçãos. Na Epístola aos Romanos, encontramos a grandiosa catedral teológica levantada à salvação. Ali o Espírito Santo, o grande escultor divino, inspira o apóstolo

Paulo a esculpir uma das suas obras-primas acerca do plano presciente de Deus para salvar o homem de seus pecados.

Etimologicamente, a palavra salvação significa "ser tirado de um perigo", "livrar", "curar", "dar escape". A Bíblia fala da salvação como a libertação do tremendo perigo de uma vida sem Deus.

A salvação tem sua origem em Deus, que estabeleceu o seu plano antes da fundação do mundo (Ef 1.4). Quando o homem (Adão), no jardim do Éden, desobedeceu a Deus, o seu pecado trouxe graves consequências aos seus descendentes (Rm 5.12,17-19). Porém Deus não foi apanhado de surpresa. Ele já tinha, no princípio, estabelecido o meio eficaz para salvar o homem. No livro de Gênesis, aparece a promessa de um Redentor: a "semente da mulher" (Gn 3.15; comp. com Gl 4.4 e Is 7.14). Na "plenitude dos tempos", cumprindo-se o que fora prometido, nasce o Salvador em Belém de Judá, e, conforme orientação recebida do anjo Gabriel, enviado da parte de Deus, deram-lhe o nome de Jesus, cuja missão se acha destacada no significado do seu nome (Mt 1.21; Lc 2.11).

Nos dias de seu ministério, quando procurado por Nicodemos (Jo 3.1,2, 16), Jesus revela a razão de sua vinda ao mundo, dentro do que já havia sido estabelecido (Ef 1.4; Ap 13.8). Pela resposta de Jesus a Nicodemos — "Deus amou o mundo de tal maneira que deu o seu filho unigênito, para que todo aquele que nele crê [...] tenha a vida eterna" —, entendemos que só Ele, Jesus Cristo, pode salvar (At 4.12). No plano de Deus para

salvar o homem, estava incluída a morte de Cristo na cruz (Is 53.4-6; Jo 10.17,18; Hb 10.7-14). Paulo acentua a morte de Cristo, destacando que é o único meio pelo qual o homem pode ser resgatado da maldição da Lei (Gl 3.13,14).

Os três aspectos da salvação

1 Justificação. Um dos assuntos mais gloriosos da Bíblia é a justificação. Trata-se de um termo forense e significa "declarar alguém justo", no sentido de absolvição. A justificação descreve a nova condição do homem pecador diante de Deus. O homem, antes culpado e condenado à morte eterna, recebe o perdão dos pecados e simultaneamente é declarado justo por Deus (Rm 8.33). Aos olhos de Deus, o nosso pecado não existe mais (SI 103.12; Mq 7.18,19; Rm 3.23-26). Na justificação, recebemos algo que ultrapassa o perdão, porque com o perdão recebemos a quitação dos nossos pecados; com a justificação, porém, Deus nos torna santos, como se nunca houvéssimos pecado (Rm 5.1).

2. Regeneração. A salvação não advém de uma soma de ritos a serem praticados. Ela ocorre instantaneamente na vida de quem sinceramente crê no Senhor Jesus Cristo, e o recebe como Salvador e Senhor. Entretanto, há uma seqüência lógica a ser observada. Jesus disse: "Ninguém pode vir a mim, se o Pai, que me enviou, não o trouxer; e eu o ressuscitarei no último dia" (Jo 6.44). Ele também declarou: "Quando ele [o Espírito Santo] vier, convencerá o mundo do pecado, e da justiça, e do juízo: do pecado, porque não crêem em mim; da justiça, porque vou para meu Pai, e não me vereis mais; e do juízo, porque já o príncipe deste mundo está julgado" (Jo 16.8-11). O instrumento usado pelo Espírito Santo para realizar essa obra é a Palavra de Deus: "De sorte que a fé é pelo ouvir, e o ouvir pela palavra de Deus" (Rm 10.17). Vemos, portanto, que na salvação dos pecados há participação efetiva do Pai, do Filho e do Espírito Santo. Todavia não está restringida a liberdade de escolha do homem: "Vinde a mim, todos os que estais cansados e oprimidos, e eu vos aliviarei" (Mt 11.28). Esse é o convite feito por Jesus. Cabem ao pecador duas opções: aceitar ou rejeitar (Jo 12.47,48).

As Escrituras falam de muitos apelos feitos ao homem para que ele retorne a Deus (Pv 1.23; Mt 18.3; Jo 7.37). A conversão é a resposta do pecador convicto à chamada de Deus feita pelo Espírito Santo. Há, no arrependimento dos pecados, dois pontos a serem considerados: o lado negativo, que é o sentimento de culpa pela transgressão das leis de Deus e que leva o homem ao arrependimento, e o positivo, a fé.

O arrependimento (methanóia, no grego), que significa "dar meia-volta", "mudança de mente", trata-se de uma mudança de atitude em relação ao pecado, que é abandonado e recusado. O pecador arrependido reconhece a sua culpa diante de Deus, a qual é acompanhada de um sentimento de tristeza pelo pecado cometido (SI 51.1-3,12; 2 Co 7.10).

O lado positivo do arrependimento está no fato de o pecador não somente virar as costas para algo, mas também voltar-se para Deus. É uma atitude de fé, que permite ao ser humano arrependido entrar numa relação positiva com Deus. Isso enfatiza a importância da fé, que é fundamental no relacionamento com Cristo (Hb 11.6).

Concluimos que a regeneração é descrita como o abandono das coisas opostas à vontade de Deus e a entrega total em obediência a Ele. Assim sendo, é um fato que se dá simultâneo à salvação.

3. Santificação. Uma coisa é tornar-se cristão. Outra é viver a vida cristã. Tudo que recebemos na salvação, na justificação e na regeneração se manifesta na santificação. Isso significa vida cristã na prática (1 Ts 4.3; 2 Co 7.1; Hb 12.14). A santificação apresenta três aspectos:

a) Santificação posicional — Nesse sentido, ela é imediata. "Na qual vontade [Deus] que temos sido santificados pela oblação do corpo de Jesus Cristo feita uma vez" (Hb 10.10). Esse fato se dá na conversão do pecador: É imediato, total, e coloca o homem na posição de filho de Deus (1 Pe 1.3,4), ou seja, posicionalmente santo (Rm 1.7; Hb 3.1).

b) Santificação progressiva — "Quem é santo seja santificado ainda" (Ap 22.11). Essa santificação acontece no decorrer da vida cristã. Enquanto a santificação posicional é imediata, a progressiva é dinâmica e paulatina. Quanto mais o crente se consagra para Deus, mais santificado se torna (1 Co 7.1). A santificação progressiva aperfeiçoa-se no temor de Deus. Ela é aperfeiçoada com oração, estudo da Palavra de Deus, jejum, e através de uma vida dedicada à obra de Deus (Rm 6.12,13, 22).

c) Santificação completa (absoluta) — Acontecerá por ocasião da redenção do corpo, na ressurreição (Rm 8.22,23) ou no arrebatamento, quando formos transformados.

O novo nascimento

Quando Nicodemos, cujo nome significa "conquistador do povo", foi ter com Jesus à noite, deixou transparecer no seu argumento o próprio significado do seu nome. Ele tentou impressionar Jesus às custas de elogio: "Rabi, bem sabemos que és mestre vindo de Deus, porque ninguém pode fazer estes sinais que tu fazes, se Deus não for com ele" (Jo 3.2). Toda essa menção elogiosa não impressionou Jesus, que em contrapartida lhe respondeu sobre a necessidade do "novo nascimento", o que nada tinha a ver com os elogios de Nicodemos.

Nicodemos deixa transparecer em suas palavras que não entendia nada a respeito do novo nascimento, apesar de ser ele mestre em Israel. Foi então que Jesus passou a ensiná-lo sobre o significado e como acontece o novo nascimento: "Aquele que não nascer da água e do Espírito..." (Jo 3.5).

Há quem confunda novo nascimento com batismo em água. Só que esse argumento não tem consistência por falta de embasamento bíblico. Ninguém é batizado em água para nascer de novo, porque só se batiza quem já é nascido de novo.

A palavra "água", citada no texto, refere-se à Palavra de Deus, como o confirmam as próprias Escrituras. Paulo, em Efésios 5.26, apresenta a Palavra como água que santifica a Igreja ("[...] para a santificar pela lavagem da água, pela palavra de Deus"). Jesus também declara, em João 15.3: "Vós já estais limpos pela palavra que vos tenho falado". Vemos então que a Palavra de Deus é um dos elementos fundamentais para que se possa nascer de novo.

Jesus acrescenta ainda à água a expressão "Espírito". Isso quer dizer que o novo nascimento não resulta apenas da ação da Palavra, mas também da do Espírito Santo, concordando com o que está escrito em João 16.8: "Quando ele [o Espírito Santo] vier, convencerá o mundo do pecado [...]". Assim, entendemos que, aplicando o Espírito Santo a Palavra de Deus à consciência e ao coração do pecador e recebendo este com sinceridade a verdade de Deus, acontece de imediato e de forma sobrenatural o que

chamamos de novo nascimento: "Ele nos gerou de novo pela palavra da verdade [...] em vós enxertada, a qual pode salvar a vossa alma" (Tg 1.18,21).

É do homem também uma parcela de responsabilidade no novo nascimento. Quando Tiago escreve que devemos receber "com mansidão a palavra em vós enxertada" e o escritor aos hebreus que "a palavra da pregação nada lhes aproveitou, porquanto não estava misturada com a fé naqueles que a ouviram", concluimos que o homem tem a responsabilidade de aceitar a Palavra.

Com a operação da água — a Palavra de Deus — e do Espírito Santo, qualquer criatura humana pode nascer de novo. Aliás, isso continua acontecendo, quando os mensageiros de Cristo anunciam o Evangelho, levando a Palavra, sob a unção do Espírito Santo, aos que ainda não foram alcançados para a salvação.

O novo nascimento contrasta com o nascimento natural. Jesus foi enfático ao responder a Nicodemos (Jo 3.6) que o novo nascimento nada tem a ver com a doutrina da reencarnação. Isso também está claro em João 1.13, que nos mostra a grande diferença entre nascer da vontade da carne, da vontade do varão, e nascer da vontade de Deus. Por ser o novo nascimento uma obra exclusiva do Espírito Santo e do poder da Palavra de Deus, não basta nascer num lar evangélico para alcançá-lo, porque "filho de crente não é crente".

Deus tem uma família na terra (Ef 2.20; 3.14,15) composta por aqueles que nasceram de novo conforme a recomendação de Jesus a Nicodemos: "Necessário vos é nascer de novo..."

6

SOBRE O BATISMO EM ÁGUAS

**Cremos no batismo bíblico efetuado por imersão do
Corpo inteiro uma só vez em águas, em nome do
Pai, do Filho e do Espírito Santo, conforme
determinou o Senhor Jesus Cristo
(Mt 28.19; Rm 6.1-6; Cl 2.12).**

O batismo em águas (do grego baptzō, "mergulhar", "submergir") é uma das duas ordenanças que Cristo deixou à Igreja (Mt 28.19). Através do batismo, o novo convertido, que já faz parte do Corpo de Cristo pelo novo nascimento, dá o seu testemunho público do que lhe aconteceu. Trata-se, portanto, de uma confissão pública de fé em Cristo, por intermédio de atos e palavras, onde o batizando mostra ter aceitado plenamente as verdades da Bíblia Sagrada.

No ato do batismo em águas, o convertido mostra ter morrido para o mundo e renascido para Cristo, para viver agora em "novidade de vida" (Rm 6.4).

As águas do batismo não visam limpar os nossos pecados. O Novo Testamento mostra claramente ser o sangue de Jesus, e não as águas do batismo, o que nos purifica e perdoa. Mediante o sangue de Jesus somos justificados, nossa consciência é purificada e somos redimidos (Rm 5.9; Hb 9.14; 1 Pe 1.18,19).

Embora a igreja católica e algumas denominações evangélicas pratiquem o batismo por aspersão ou efusão, a história e a etimologia do verbo grego baptzō mostram ser a imersão a forma bíblica.

Pedro, ao falar sobre o batismo para "perdão dos pecados" (At 2.38), usou a mesma expressão grega utilizada por João Batista, quando este afirmou: "E eu, em verdade, vos batizo com água, para o arrependimento" (Mt 3.11). O batismo de João Batista não produzia o arrependimento, mas apontava para ele. Assim também a expressão petrina. "Para perdão dos pecados" significa "por causa do perdão dos pecados" ou "como testemunho de que os vossos pecados foram perdoados". Nesse caso, o batismo tornou-se não somente um testemunho, mas um compromisso de viver uma nova vida no poder do Cristo ressuscitado.

O batismo em águas é só para os convertidos

De acordo com a Bíblia o batismo em águas é somente para os que já se converteram a Cristo. Jesus ordenou a seus discípulos: "Portanto, ide, ensinai [fazei discípulos em] todas as nações, batizando-os em nome do Pai, e do Filho, e do Espírito Santo".

Observe que a ordem do texto é fazer primeiro discípulos e depois batizar. Em Marcos 16.16, o crer vem antes do batismo. Quando Filipe pregava e em nome de Deus realizava milagres, as pessoas criam e então eram batizadas (At 8.12). Essas pessoas foram batizadas sempre depois de terem crido. Em alguns casos, pessoas receberam o batismo com Espírito Santo antes de serem batizadas em águas, mas está bem claro que o batismo em águas é somente para aqueles que confessam Cristo como Salvador.

Considerando todos esses exemplos, chegamos a conclusão de que não devemos, em hipótese alguma, batizar crianças, pois elas, não tendo ainda chegado à idade da razão, não têm nenhuma capacidade de confessar a Cristo como Salvador.

A Bíblia é contra o rebatismo

O batismo em águas deve ser ministrado uma só vez. É nesse sentido que Paulo escreve aos Efésios: "[...] uma só fé; um só batismo" (Ef 4.5).

O batismo

O modo. A palavra "batizar", usada na fórmula de Mateus 28.19,20, significa literalmente, como já foi explicado, "mergulhar" ou "imersão, submergir". Alguns, mesmo pertencendo a igrejas que batizam por aspersão, admitem que a imersão é o modo primitivo de batizar.

A fórmula. "[...] batizando-os em nome do Pai, e do Filho, e do Espírito Santo" (Mt 28.19). Há quem confunda a declaração de Pedro em Atos 2.38 com a fórmula citada em Mateus 28.19. As palavras proferidas por Pedro não representam uma fórmula batismal, e sim uma declaração de que as pessoas que reconheceram Jesus como Senhor e Cristo recebiam batismo.

A Didaquê, um documento escrito aproximadamente no ano 100 d.C, fala do batismo cristão celebrado em nome do Senhor Jesus Cristo. Mas o mesmo documento, ao descrever o rito detalhadamente, usa a fórmula trinitária. Por ser essa a determinação de Jesus, os que nele crêem e o recebem como Senhor jamais deveriam mudar a fórmula por Ele estabelecida.

Quem deve se batizar. Todos os que sinceramente se arrependem de seus pecados e recebem a Cristo como Salvador e Senhor são elegíveis para o batismo (At 2.4). O batismo em águas é uma confissão pública de fé em Cristo, por intermédio de atos e palavras, na qual o batizando mostra ter aceitado plenamente as verdades concernentes à encarnação, à morte e à ressurreição de Cristo.

No ato do batismo, o convertido mostra ter morrido para o mundo e renascido para Cristo, vivendo agora em novidade de vida. Concluindo, o batismo em águas, em si, não tem nenhum poder de salvar uma pessoa. Mesmo porque não se batiza alguém para ele ser salvo, e sim porque já é salvo.

7

SOBRE O ESPÍRITO SANTO

**Cremos no Espírito Santo como a terceira Pessoa
da Trindade, genuíno Deus, eterno, onipotente,
onipresente e onisciente
(Jo 16.13,14).**

Sobre a doutrina acerca do Espírito Santo, urge prevenirmos os mal-entendidos. Isso porque o tipo de relacionamento que a maioria dos cristãos vem tendo com o Espírito Santo, a terceira Pessoa da Trindade, é absolutamente estranho e ao mesmo tempo paradoxal, quando analisado à luz da nossa declaração de fé, que diz: "Cremos [...] em um só Deus eternamente subsistente em três Pessoas: O Pai, o Filho e o Espírito Santo".

Esse relacionamento resulta, ao que tudo indica, da má compreensão das metáforas que a Bíblia usa para caracterizar algumas das manifestações do Espírito Santo, aliada ao uso exaustivo, sistemático, repetitivo e exagerado de simbologia em algumas culturas pentecostais. Isso fica provado quando ouvimos e analisamos as orações feitas ao Espírito Santo, quando lhe atribuímos apenas poder energético. Já parou para observar como nós oramos: "Ó Deus, manda a força do Espírito, o poder do Espírito, a unção do Espírito e nos enche de sua virtude..."?

De fato o Espírito Santo é força, poder, mas é sobretudo a terceira Pessoa da Trindade, a) Ele pode entristecer-se (Ef 4.30); b) Ele é capaz de sentir ciúmes (Tg 4.5); c) Ele é capaz de sentir conosco as agonias da nossa existência (Rm 8.26,27); d) Ele é capaz de ensinar (1 Co 2.11,13); e) Ele tem vontade (1 Co 12.11); f) Ele ama (Rm 15.30).

A razão principal de muitos cristãos não viverem em íntimo e profundo relacionamento com o Espírito Santo como Pessoa e como Deus está no hábito mental adquirido de imaginá-lo sempre como algo, e não como Alguém. Toda essa dificuldade que a maioria tem de se relacionar com o Espírito Santo, de vê-lo como uma Pessoa que fala, sente, ouve, ama, é em razão do uso exagerado da simbologia a Ele referente.

Quem está acostumado a só ouvir que o Espírito Santo é como fogo, vento, chuva, orvalho, pomba etc., jamais conseguirá enxergá-lo como uma Pessoa, imaginá-lo-á sempre de forma impessoal. Por essa percepção distorcida em relação a terceira Pessoa da Trindade, um escritor norte-americano denominou o Espírito Santo de "fulano", no seu livro Pai, Filho e Fulano. Até hoje o Espírito Santo é tratado de forma impessoal, sem que lhe demos a honra, o louvor e a adoração devidos. Não podemos esquecer que o Espírito Santo é o Deus presente entre nós.

A teologia de Jesus acerca do Espírito Santo é bastante clara no Evangelho de João (cf. Jo 16.13,14). A palavra de ordem nesse evangelho é que o Espírito Santo seria enviado em lugar de Jesus para ajudar os homens em todas as suas carências (Jo 14—16). O termo grego aqui traduzido por "outro" é *állōn*, e não *hēteron*, significando que o Espírito Santo é outro ajudador, separado e distinto de Cristo, embora da mesma "espécie", e não uma forma distinta ou separada de ajudador. Ele é a continuação do Senhor Jesus entre nós, embora sob uma manifestação ou presença de categoria diferente. Jesus procurou consolar os seus discípulos mostrando-lhes que, embora fosse ocorrer em breve alguma modalidade de separação entre Ele e os seus seguidores, em outro sentido bem real Ele haveria de permanecer com eles para todo o sempre, porque o Espírito Santo haveria de descer para estar no meio deles e com eles.

João 16.13,14, deixa claro que o relacionamento do Espírito Santo com Jesus seria na mesma base do relacionamento que este mantinha com o Pai. Jesus dizia que nada do que falava era de si mesmo, mas do Pai. Da mesma forma o versículo acima declara que o Espírito Santo tem o mesmo tipo de comportamento para com Jesus. Isso quer dizer que a única maneira de se conhecer o Filho de Deus é por meio da comunhão com o Espírito Santo.

Observe que é exatamente isso o que Jesus revela nas suas clássicas palavras registradas em João 14.7,10: "Se vós me conhecêsseis a mim, também conheceríeis a meu Pai; e já desde agora o conheceis e o tendes visto. [...] As palavras que eu vos digo, não as digo de mim mesmo, mas o Pai, que está em mim, é quem faz as obras".

Comparando esses versículos com os versículos 13 e 14 do capítulo 16 do mesmo evangelho, chegamos às seguintes conclusões:

- a) Assim como Jesus veio ao mundo para glorificar o Pai, o Espírito Santo está entre os homens para glorificar Jesus com as suas obras.
- b) Assim como Jesus é o Mediador entre Deus e os homens, o Espírito Santo é o Mediador entre Jesus e a sua Igreja.
- c) Assim como Jesus não falava de si mesmo, mas do Pai, o Espírito Santo também não fala de si mesmo, mas nos revela tudo o que tem ouvido de Jesus.
- d) Assim como Jesus veio ao mundo para revelar o Pai, o Espírito Santo está no mundo para revelar Jesus aos homens.
- e) Assim como Jesus nos revela as profundezas de Deus, só o Espírito Santo pode revelar-nos profundamente a Pessoa de Jesus.
- f) Assim como Jesus glorificou o Pai em toda a expressão de sua vida e não deixou de ser adorado, louvado, exaltado, o Espírito Santo glorifica a Jesus em todas as suas manifestações, mas isso não impede que Ele receba as nossas orações, adorações, louvores, exaltações, pois Ele é Deus.
- g) Assim como Jesus é o único caminho para Deus, o Espírito Santo cumpre o papel de convencer o pecador de que Jesus é o único caminho para Deus.

O batismo com o Espírito Santo

O batismo com o Espírito Santo é uma bênção distinta da salvação. Conquanto a terceira Pessoa da Trindade tenha papel relevante na conversão e passe, desde então, a

habitar no novo crente, o Novo Testamento deixa claro que há um momento específico da vida cristã em que o salvo recebe esse batismo, também chamado de revestimento. Essa experiência, toda vez que é mencionada no livro de Atos dos Apóstolos, aparece como algo distinto do novo nascimento (At 2.38; At 11.12-17).

Com o surgimento do neopetencostalismo, vieram também à tona várias teorias diferentes sobre a evidência inicial do batismo no Espírito Santo. Há quem afirme ser essa evidência uma explosão de alegria, outros inserem no ato de ungir com óleo a garantia do batismo e alguns preferem deixar a questão em aberto, sem determinar uma fórmula específica.

Mas a Bíblia continua sendo o nosso padrão nessa área, identificando o falar em línguas como a evidência inicial do batismo no Espírito. Foi assim no dia de Pentecoste (At 2.1-31). A experiência repetiu-se por ocasião da conversão de Cornélio e de sua família (At 10.45,46), bem como com a chegada do apóstolo Paulo em Éfeso, em sua primeira viagem missionária (At 19.1-6). Nesses casos, o fenômeno que indicava o batismo era o falar em línguas. Mesmo no episódio da evangelização de Samaria, quando os apóstolos impuseram as mãos para que os crentes recebessem o Espírito Santo, fica implícita a idéia de um fenômeno físico, visível, que levou o mágico Simão a ambicionar a possibilidade de exercer o mesmo milagre (At 8.14-24). Pelo contexto de Atos, o que poderia ser senão o falar em línguas? Assim as línguas identificam o crente quando este é batizado no Espírito Santo.

O batismo no Espírito Santo tem como finalidade capacitar o crente para a vida cristã vitoriosa e, sobre tudo, para testemunhar com ousadia sobre a sua fé em Cristo, mesmo nas circunstâncias adversas, em que as convicções espirituais podem até ser provadas pelo martírio. Nessas horas, é o poder advindo do batismo no Espírito Santo que dará força ao crente para suportar a dura prova da perseguição (At 13.44-52).

Por isso, vale a pena estimular os crentes buscar o batismo no Espírito Santo.

Os dons espirituais

O Brasil e o mundo têm vivenciado, nos últimos setenta anos, uma efervescência de dons espirituais, em razão da redescoberta do poder do Espírito Santo. Evidentemente, muitas coisas nos meios pentecostais e neopentecostais são expressões de excessos e de imaturidade, todavia, conquanto precisem de alguns ajustes bíblicos, os movimentos pentecostal e neopentecostal refletem uma ação efetiva, nova e revolucionária do Espírito Santo na vida da igreja atual.

Assuntos tais como milagres, línguas estranhas, profecias, considerados anacrônicos, obsoletos ou verdadeiros apêndices por algumas denominações tradicionais foram redescobertos e liberados das algemas dos dogmas e das sistemáticas denominacionais. O Espírito Santo deixou de ser teoria para ser Alguém real — Deus presente e adorado pela igreja, causando extremo impacto aos denominacionalistas históricos.

Faz-se necessário dizer que esses movimentos divinos vêm sempre como contraponto a uma situação de morbidez, frieza e indiferença na área da devoção, da missão e dos objetivos, razão por que a proposta essencial dos grandes avivamentos da história foi consertar erros de percurso tomados pela Igreja. Assim foi entre o catolicismo e o protestantismo; depois, entre o protestantismo e movimento evangélico; depois, entre o movimento evangélico e o pentecostal. Todas essas mudanças fazem parte do mover de

Deus na história, mudando o status quo da Igreja, principalmente quando este já não atende aos apelos do Reino de Deus.

Acerca dos dons espirituais temos cinco considerações a fazer:

1. **Não** se pode restringir nem absolutizar o número de dons. O Novo Testamento não traz uma lista exaustiva e específica de dons, isso porque cada lista acrescenta algo à outra. Enquanto Romanos 12.6-8, por exemplo, apresenta uma lista característica de dons, 1Coríntios 7.7 exibe outra; já os capítulos 12 e 14 de 1

Coríntios apresentam outros dons, que não encontramos nas duas primeiras listas. Efésios 4.11-13 apresenta uma quarta lista, e, finalmente, 1 Pedro 4.10,11 compõe uma quinta. Ou seja, as listas são diversas — umas com mais, outras com menos dons; umas nas quais faltam dons, outras em que eles são acrescentados. Logo, não devemos dogmatizar a respeito do assunto, afirmando que os dons existentes são aqueles acerca dos quais o Novo Testamento fala. Primeiro, porque o Novo Testamento não nos oferece uma lista exaustiva de dons. Segundo, porque cada escritor deixou de citar uma série, que outros mencionam, o que significa que na mente deles não havia a sistematização que encontramos em alguns livros atuais.

2. Os **dons** são mais numerosos do que aqueles que o Novo Testamento apresenta. A indicar pelo estudo do Novo Testamento, concluímos que os dons podem ser mais numerosos do que aqueles que comumente aceitamos. De qualquer maneira, porém, todos os dons têm que, fundamentalmente, fazer sentido com o espírito geral da Escrituras. Ou seja, Deus é soberano para prover novas formas de manifestar a sua graça através da vida humana.

3. **Dons espirituais** são diferentes de talentos naturais e de habilidades adquiridas. Talentos e habilidades podem ser também usados na obra de Deus. No entanto quem os usa apenas de forma natural ficará muito aquém das suas reais possibilidades como homem ou mulher de Deus. Estará também desprezando algo que, afinal de contas, foi providenciado por Deus "a cada um para o que for útil" (1 Co 12.7). E não devemos nos contentar com menos do que aquilo que Deus tem para nós.

4. **Dons espirituais** não são para transformar pessoas em seres superespirituais nem para tomar alguém melhor ou superior a outros crentes. O batismo no Corpo de Cristo, que é diferente do batismo com o Espírito, coloca-nos em situação de igualdade com os demais membros do Corpo, criando entre nós uma união essencial.

5. **Todos os dons** são importantes, até os menos aclamados pela teologia sistemática. Temos um problema sério aqui, porque muitos pentecostais tendem a classificar alguns dons como mais importantes que outros. Mas a verdade é que todos obedecem a uma ordem de utilidade comunitária. Apresentamos, a seguir, alguns desses dons não tão proclamados nos meios pentecostais.

a) **O dom de serviço** (no grego, diakonia, Rm 12.6-8) — Desse vocábulo deriva a palavra "diácono". Geralmente o termo significa o cuidado das necessidades físicas (At 6.1,2). A pessoa que serve a outrem guiada pelo dom do Espírito, faz, por vezes, o mesmo que outros fariam simplesmente por motivos humanitários. Mas há, sem dúvida, duas diferenças notáveis: o dom espiritual resulta numa maior efetividade, graças ao poder sobrenatural, e o motivo será certamente o que Pedro indicou: "[...] para que em tudo Deus seja glorificado por Jesus Cristo [...]".

b) O dom do ensino (no grego, didakson, Rm 12.6) — Esse dom tem por finalidade instruir e consolidar os outros na verdade do Evangelho. Os dons descritos na lista da Primeira Carta aos Coríntios como "palavra da sabedoria" e a "palavra da ciência [ou do conhecimento]" estão estreitamente relacionados com o dom de ensinar. O ensino não se limita às palavras, é também produzido através do exemplo e da influência sutil do caráter daquele que ministra o ensino.

c) O dom de exortar (Rm 12.6-8) — O termo grego para "exortar" é parakleto, que significa "ajudador" — literalmente, "ir em socorro de alguém" em qualquer necessidade. É uma espécie de "estimulador da fé". Encorajamento ou conforto é a aplicação desse dom, "pondo um coração novo" naqueles que tenham sofrido derrotas ou perdas ou que estejam sob provações.

d) O dom de contribuir — Significa mais do que dar no sentido filantrópico. Significa dar com o coração cheio do amor de Deus. Isso significa que esse dom vai além da mordomia cristã.

e) O dom de presidir (ou governo, Rm 12.8). Literalmente, significa "tomar o comando ou diretivas de qualquer grupo". Duas palavras são utilizadas no Novo Testamento com respeito a esse dom: proístemi (Rm 12.8) e kybénesis (1 Co 12.28). A primeira significa "estar à frente, comandar", e a segunda, "administrar", conceitos que se entrelaçam. A palavra adjetivamente relacionada ao dom de presidir é "diligentemente", isto é, com sinceridade, zelo, e de forma metódica. O governo exige visão, paciência, consistência quanto a objetivos e força de vontade para continuar quando outros desistem. Quem governa deve governar em cima de cada situação, ser interessado, não afrouxar nos padrões de controle, estar sempre à frente, tocando as coisas com garra. É também quem planeja e induz os outros a se empenharem na realização dos planos. É uma espécie de organizador de programas.

f) O dom da compaixão (Rm 12.8) — O portador desse dom sente alegria, tem empatia, se compadece da dor do próximo, é misericordioso para com os irmãos, ajuda quem não tem condições de ajudar-se a si mesmo. O dom da compaixão move as ações sociais mais sublimes.

g) O dom do socorro (1 Co 12.28) — Os que possuem tal dom geralmente investem a sua vida na perspectiva de serviço aos cristãos em dificuldades. São aquelas pessoas que receberam do Espírito Santo a sensibilidade para detectar problemas sérios, pressentir onde estão os verdadeiros carentes, experimentando prazer em permanecer junto deles.

A segunda lista paulina de dons espirituais encontra-se em 1 Coríntios 12.7-11. Algumas diferenças apreciáveis são evidentes quando a comparamos com a lista da Carta aos Romanos. O único dom comum às duas listas é o da profecia, o qual Paulo considera, em 1 Coríntios 14, superior aos demais. Sugeriu-se que os dons mencionados na Carta aos Romanos são parte da vida cotidiana da comunidade cristã, sendo que a esse grupo de dons pertenceriam os mais extraordinários, os mais transitórios e os menos universais. O fato de as listas serem tão diferentes mostra-nos que os dons espirituais abarcam um número de capacidades para muito além do que aquilo que geralmente pensamos. É possível que a diferença existente entre as duas listas sugira a situação de cada uma das igrejas a que Paulo escreveu. A igreja em Roma parece ter sido uma comunidade bem mais estável e espiritual. Não estava envolvida em lutas internas nem sob o ataque de doutrinas heréticas. A igreja em Corinto, ao contrário, era a que dava mais problemas na época. Estava dividida em facções (1 Co 1.10—3.23),

revoltada contra a autoridade de Paulo (4.1-21), maculada pela imoralidade (5.1-13) e por litígios (6.1-8). As suas ceias haviam-se convertido em glotonarias e bebedices (11.8-34). Doutrinas heréticas eram toleradas até o ponto de uma negação geral da ressurreição (15.1-8). Nota-se uma melhoria no intervalo entre a primeira e a segunda epístola, mas ainda estava muito longe de ser uma igreja estável (2 Co 13.1-10).

8

SOBRE A SEGUNDA VINDA DE CRISTO

Cremos na segunda vinda premilenial de Cristo, em duas fases distintas. A primeira, invisível ao mundo, para arrebatá-la sua Igreja da terra, antes da grande tribulação; a segunda, visível e corporal, com sua Igreja glorificada, para reinar sobre o mundo durante mil anos (Zc 14.5; 1 Ts 4.16, 17; 1 Co 15.51-54; Jd 14; Ap 20.4).

Há alguns aspectos a destacar sobre a vinda de Jesus Cristo que formam o alicerce da doutrina escatológica exarada nas Escrituras Sagradas, das quais não podemos nos afastar, pelo fato de serem o cerne da doutrina sobre as últimas coisas. Se não, vejamos:

O fato de sua vinda

O fato da vinda de Jesus é mencionado mais de trezentas vezes no Novo Testamento. O apóstolo Paulo refere-se ao evento umas cinquenta vezes. A vinda de Jesus é uma das mais importantes doutrinas do Novo Testamento. Assim disse o apóstolo dos gentios: "Se esperarmos em Cristo só nesta vida, somos os mais miseráveis de todos os homens" (1 Co 15.19).

À maneira de sua vinda

Será de maneira pessoal (Jo 14.3; At 1.10,11; 1 Ts 4.16; Hb 9.28; Ap 22.7). Há quem discorde da opinião de que a vinda de Jesus seja literal e pessoal. Outros há que ensinam que a morte é a segunda vinda de Jesus. A Bíblia mostra, porém, que a segunda vinda de Jesus não tem nada a ver com a morte, pois os mortos em Cristo ressuscitarão nessa ocasião. Quando o crente parte para a eternidade, ele vai para a presença de Deus, mas na vinda de Jesus é Ele que vem para nos buscar (Fp 3.20,21). Alguns sustentam que a vinda de Jesus foi a descida do Espírito Santo no dia de Pentecoste. Outros, no entanto, ensinam que Cristo veio no tempo da destruição de Jerusalém, no ano 70 d.C.

Nenhuma dessas afirmações tem base bíblica. Na vinda de Jesus, haverá duas coisas importantíssimas: a ressurreição dentre os mortos e a transformação dos crentes que estiverem vivos. Esses dois fatos não ocorreram ainda, mas acontecerão no dia da vinda de Jesus. (1 Ts 4.16-18).

A vinda de Jesus, ainda que oculta aos olhos do mundo, será literal e pessoal. Isso é possível porque, após a sua ressurreição, Jesus foi visto diversas vezes pelos discípulos.

Porém, o mundo não o viu sequer uma vez. Enquanto a vinda de Jesus será motivo de glória para aqueles que o esperam, será de sofrimento e agonia para os ímpios.

O tempo de sua vinda

Muitos já tentaram determinar a data da vinda de Jesus, mas em nenhuma delas "o Senhor veio na hora marcada" pelos homens. Antes, os que tentaram estabelecer datas ficaram envergonhados pelo fato de Jesus não ter vindo segundo suas previsões. "Não vos pertence saber os tempos ou as estações que o Pai estabeleceu pelo seu próprio poder" (At 1.7).

O dia da vinda de Jesus não foi revelado a ninguém. É um mistério oculto em Deus que será revelado somente quando Jesus vier. Nós sabemos como será, mas não sabemos quando será (Mt 24.36). Segundo o que diz a Escritura, o arrebatamento da Igreja terá lugar no céu e nas nuvens (1 Co 15.51,52; 1 Ts 4.16). A palavra de Deus revela-nos que será de forma repentina.

Os destaques da vinda de Jesus

Há uma diferença entre o arrebatamento e a vinda de Jesus em glória. Primeiro Ele vem para os seus (Jo 14.3). Depois, Ele vem com os seus (Mt 24.30; Ap 1.7).

O Tribunal de Cristo

Após o encontro da Igreja com o Senhor Jesus nos ares, por ocasião do arrebatamento (1 Ts 4.17), o povo de Deus que foi arrebatado, já com o corpo glorificado, comparecerá perante o Tribunal de Cristo (2 Co 5.10), para que as suas obras realizadas na terra, atra-vés do corpo, em prol da causa do Evangelho, sejam aprovadas (1 Co 3.12-15), a fim de que recebam (ou não) galardão.

Em Apocalipse 22.12 está escrito: "E eis que cedo venho, e o meu galardão está comigo para dar a cada um segundo a sua obra". Paulo faz referência a isso em 2 Timóteo 4.8, quando diz que a "coroa da justiça" lhe será entregue. Pedro diz que "quando aparecer o Sumo Pastor, alcançareis a incorruptível coroa de glória" (1 Pe 5.4).

No Tribunal de Cristo todos os que foram arrebatados — ressuscitados e transformados —, irão receber galardão "segundo o que tiver feito por meio do corpo, ou bem ou mal" (2 Co 5.10).

O que será julgado

Não se trata de julgamento dos pecados, pelo fato de terem sido eles julgados em Cristo por ocasião de sua morte (1 Jo 1.7; 1 Pe 2.24), pois Jesus não recorda jamais aquilo que perdoou (Hb 8.12). No Tribunal de Cristo, o julgamento não será de condenação (Rm 8.1; Jo 5.24), mas da qualidade do trabalho prestado na obra de Deus (1 Co 3.12,13). Por outro lado, se o ser-viço prestado foi tão-somente para a glória pessoal, haverá detrimento (1 Co 3.13-15), mas não estará em jogo a salvação, somente o prejuízo de não se receber galardão (Mt 6.2,5,16).

9

SOBRE O JUÍZO VINDORO

Cremos no juízo vindouro que recompensarei os

fiéis e condenará os infiéis

(Ap 20.11-15).

A segunda vinda de Jesus, na sua segunda fase, também resultará no grande julgamento final. Para muitos, essa é uma das perspectivas mais assustadoras com respeito ao futuro. Mas, enquanto os ímpios entram em perplexidade por causa da esmagadora realidade do Juízo Final, os cristãos fiéis, ao contrário, aguardam o fato com alegria e efusivo júbilo.

Os objetivos do Juízo Final

Ao estudarmos sobre o Juízo Final na Bíblia Sagrada, devemos ter em mente que seu objetivo não é verificar nossa condição ou estado espiritual, pois Deus já o conhece. Antes, seu objetivo é manifestar publicamente a nossa condição.

Interpretações

Alguns interpretam o Juízo Final de forma cíclica, como se os eventos que ocorrem dentro da história fossem, na realidade, um julgamento sobre o mundo. É de Friedrich Schelling a idéia de que a história do mundo é o julgamento do mundo.

Contra essa opinião, a Bíblia tem a dizer o seguinte:

O Juízo Final é um evento definido que ocorrerá no futuro. Jesus aludiu a ele em Mateus 11.24: "Porém eu vos digo que haverá menos rigor para os de Sodoma, no Dia do Juízo, do que para ti".

As Escrituras especificam que o julgamento ocorrerá após a segunda vinda de Cristo. Jesus disse: "Porque o Filho do homem virá na glória de seu Pai, com os seus anjos; e, então, dará a cada um segundo as suas obras" (Mt 16.27). Essa idéia também é encontrada em Mateus 13.37-43, 24.29-35, 25.31-46 e 1 Coríntios 4.5.

Quando ocorrerá o Juízo Final

De acordo com a Palavra de Deus, o juízo do trono branco (Ap 20.11,12) acontecerá no "fim" (1 Co 15.24), após o Milênio, quando a última revolta de Satanás tiver sido esmagada (Ap 20.10,11).

Deus é juiz (Rm 2.16), mas deu ao Filho o direito de julgar (Jo 5.22,27; At 10.42). Jesus, que esteve na terra, enviado por Deus como Salvador e com autoridade para

perdoar pecados, agora aparece no Apocalipse como Juiz para julgar (1 Pe 4.5). No julgamento final, a Igreja glorificada terá a sua participação (1 Co 6.2,3).

Haverá ressurreição dos mortos (Jo 5.28,29). Essa ressurreição é distinta daquela que se dará no dia do arrebatamento (1 Ts 4.16), pois se trata da ressurreição de todos os mortos, desde Adão.

Quem comparecerá diante do trono branco

Todos os que morreram do princípio da criação até o fim do Milênio, ressuscitarão naquele dia e comparecerão diante do trono branco (Ap 20.11,15) para serem julgados.

O Juiz do trono branco

Embora se fale em Deus como o Juiz (Hb 12.23), fica evidente, por algumas referências, que Ele delegará essa autoridade ao Filho. Jesus mesmo disse: "O Pai a ninguém julga, mas deu ao Filho todo o juízo. E deu-lhe o poder de exercer juízo, porque é o Filho do Homem" (Jo 5.22,27; cf. At 10.42). Paulo afirma que Cristo julgará os vivos e os mortos: "Conjuro-te, pois, diante de Deus e do Senhor Jesus Cristo, que há de julgar os vivos e os mortos, na sua vinda e no seu Reino" (2 Tm 4.1).

Conquanto não saibamos os detalhes, há referências claras na Bíblia de que a Igreja tomará parte do julgamento final. Em Mateus 19.28 e Lucas 22.28-30, Jesus dá a entender que os discípulos julgarão as 12 tribos de Israel. Também lemos que os crentes se assentarão em tronos e julgarão o mundo (1 Co 6.2,3; Ap 3.21; 20.4).

Todos os anjos malignos serão julgados

Assim como todos os ímpios serão julgados (Mt 25.32; 2 Co 5.10; Hb 9.27), todos os anjos malignos serão julgados nessa ocasião. Pedro escreve que "Porque, se Deus não perdoou aos anjos que pecaram, mas, havendo-os lançado no inferno, os entregou às cadeias da escuridão, ficando reservados para o Juízo" (2 Pe 2.4). Judas 6 traz uma declaração quase idêntica. Os anjos bons, por outro lado, participarão do julgamento, tendo a responsabilidade de reunir todos os que serão julgados (Mt 13.41; 24.31).

O julgamento do trono branco é irreversível

Uma vez concluído, o julgamento será permanente e irrevogável. Os justos e os ímpios serão enviados para as suas respectivas habitações, que serão definitivas. Não há indício de que o veredicto possa ser mudado. Ao concluir seu ensino sobre o julgamento final, Jesus disse que os que estiverem à sua esquerda irão "para o tormento [castigo] eterno", mas os justos ingressarão na "vida eterna" (Mt 25.46).

10

SOBRE A VIDA ETERNA

Cremos na vida eterna de gozo, de justiça e felicidade para os

fiéis e de tristeza e tormento para os infiéis

(Ap 20.11-15).

Novo Testamento acentua mais a ressurreição do corpo do que aquilo que acontece imediatamente depois da morte. A morte continua sendo uma inimiga cruel, mas já não é para ser temida (1 Co 15.55-57; Hb 2.15). Para o crente, o viver é Cristo e o morrer é lucro. Isso significa que morrer é receber mais de Cristo (Fp 1.21). Logo, morrer e estar com Cristo é muito melhor que permanecer no corpo presente, embora devamos ficar aqui enquanto Deus considera que isso seja necessário (Fp 1.23,24). Depois disso, a morte nos trará o repouso ou cessação das nossas labutas e sofrimentos terrestres e a entrada na glória (2 Co 4.17; cf. 2 Pe 1.10,11; Ap 14.13). ***

A descrição que Jesus faz em Lucas 16 sobre o pós-morte é reveladora e de extremo impacto. Em primeiro lugar, mostra que os destinos tanto dos ímpios quanto dos justos não poderão ser mudados depois da morte. E, em segundo lugar, que depois da morte se segue o juízo (Hb 9.27).

O inferno como lugar de tormento eterno

Embora o homem moderno tenha dificuldades para entender a doutrina bíblica sobre o inferno, as Escrituras afirmam-lhe uma existência real. Não se trata apenas de um estado subjetivo da pessoa sem Cristo no além, e sim de um lugar. Muitas passagens bíblicas dão conta de sua existência como um lugar para onde os ímpios irão (Mt 25.41,46; Mc 9.45,46; Lc 16.19-31; 2 Ts 1.7-9; Ap 20.10; 21.8).

Conforme Zacarias de Aguiar, o termo mais usado para designar o destino final dos ímpios sugere uma localidade. A idéia de punição eterna é derivada da palavra hebraica *ge hinnon* ("vale de Hinom") e do seu correspondente grego *gehenna*, termo que é traduzido por "inferno" e que originalmente indicava um vale próximo de Jerusalém, o vale de Hinom, onde os pagãos sacrificavam os seus filhos ao ídolo Moloque. Depois passou a ser um vale onde as impurezas da cidade eram queimadas diuturnamente, com fogo que nunca se apagava. Assim, *gehenna* ("inferno") passou a ser um lugar de imundícies e de destruição, transformando-se num símbolo do juízo divino. ****

No Novo Testamento, *gehenna* é visto como uma "fornalha de fogo" onde "haverá pranto e ranger de dentes" (Mt 13.42,50), lugar "onde o seu bicho não morre, e o fogo nunca se apaga" (Mc 9.48). O inferno é lugar de castigo escatológico de eterna duração (Mt 25.46). É o lugar de castigo para os ímpios bem como para satanás e os demônios (Mt 25.41), a besta e o falso profeta (Ap 19.20; 20.10) e também a morte (Ap 20.14).

Outras expressões equivalentes são "fogo eterno", "lago de fogo", "lago ardente de fogo e enxofre". Inferno, portanto, é um lugar real.

Destinações diferentes

Em Daniel 12.2 lemos: "E muitos dos que dormem no pó da terra ressuscitarão, uns para a vida eterna, e outros para vergonha e desprezo eterno" (grifo nosso).

Esse versículo, como tantos outros pronunciados por Jesus Cristo, no Novo Testamento, revela que após o julgamento final o destino dos justos será um, e o dos ímpios, outro. Os justos irão para o descanso eterno, e os injustos, para o tormento eterno.

Lucas 16 mostra a irreversibilidade desse fato. O rico, que representa todos aqueles que vivem para si mesmos, numa total indiferença em relação a Deus e aos apelos do seu Reino, foi lançado no inferno. Mas Lázaro, representante de todos os que confiam em Deus e vivem para agradar-lhe, foi para o seio de Abraão. Assim, é mais do que evidente que haverá diferença de destinação entre os que servem a Deus e os que não servem. Vejamos isso mais de perto:

O estado final dos ímpios

Segundo Stanley Horton, o destino final dos ímpios é descrito na Bíblia como algo terrível e que vai além de toda imaginação. São as "trevas exteriores", onde haverá choro e ranger de dentes por causa da frustração e do remorso ocasionados pela ira de Deus (Mt 22.13; 25.30; Rm 2.8,9; Jd 13). É uma "fornalha de fogo" (Mt 13.42,50), onde o fogo pela sua natureza é inextinguível (Mc 9.43; Jd 7). Causa perda eterna, ou destruição perpétua (2 Ts 1.9), e a "fumaça do seu tormento sobe para todo o sempre" (Ap 14.11).

De acordo com o relato bíblico, a situação dos ímpios é de separação total de Deus. A fé, a esperança e o amor, que sempre permanecem para nós (1 Co 13.13) faltarão naquele ambiente. O repouso do qual desfrutaremos nunca estará à disposição deles e nem a alegria e a paz que nosso Senhor concede àqueles que crêem. Será, também, um lugar de solidão, excluído da comunhão com Deus. E a amargura e o ranger dos dentes, bem como sua natureza caída e imutável, impedirão a comunhão uns com os outros.

O estado final dos justos

Há várias maneiras de notar a condição futura dos justos. A mais comum, obviamente, é "céu". As palavras para "céu", no hebraico e no grego (shāmayin e ouranos), são empregadas basicamente de três maneiras na Bíblia: a) para designar o universo inteiro (Gn 1.1), numa perspectiva cosmológica; b) como um sinônimo de Deus (Lc 15.18,21) e c) para designar a morada de Deus (Mt 6.9; Jo 14.1-6).

Segundo a Bíblia, o céu será caracterizado pela re-moção de todos os males. Estando com as pessoas, Deus "limpará de seus olhos toda lágrima, e não haverá mais morte, nem pranto, nem clamor, nem dor, porque já as primeiras são passadas" (Ap 21.4). Não apenas as aflições, mas também a própria fonte do mal, aquele que nos tenta para o pecado, será condenado eterna-mente: "E o diabo, que os enganava, foi lançado no lago de fogo e enxofre, onde está a besta e o falso profeta; e de dia e de noite serão atormentados para todo o sempre" (Ap 20.10). A presença do Deus perfeita-mente santo e do Cordeiro sem mácula significa que no céu não haverá pecado ou mal de espécie

alguma. Sabemos relativamente pouco sobre as atividades dos remidos no céu, mas há uns poucos lampejos do que será a nossa existência futura. Uma qualidade de nossa vida no céu será o descanso. O descanso, tal como o termo é empregado em Hebreus, não é um mero cessar das atividades, mas a experiência de alcançar um alvo de importância crucial. Assim, há referências freqüentes à peregrinação pelo deserto na rota para o "descanso" da Terra Prometida (Hb 3.11,18). Um descanso semelhante aguarda os crentes (Hb 4.9-11). O céu, portanto, será o encerramento da peregrinação do cristão, o fim da luta contra a carne, o mundo e o diabo. Haverá trabalho a fazer, mas isso não implicará luta para superar forças contrárias. *****

Um reino de vida eterna

Não será um reino de imortalidade, porque imortais todos já somos agora. A vida eterna, conforme referida nas Escrituras, não é apenas a imortalidade. De quem estiver no inferno, dir-se-á que está na morte eterna. No entanto, essa morte eterna não é inexistência. Na Bíblia, morte não é sinônimo de inexistência. Estar morto é estar sem vida. Mas para entendermos isso é preciso que saibamos que, para Deus, vida não é sinônimo de existência e morte significa alienação da verdadeira vida que só se vive em Deus e como Deus.

A vida eterna é a existência em Deus e com Deus para sempre. A morte eterna é a existência fora de Deus e diferente de Deus para sempre. O inferno da alma será descobrir que a vida só é vida em Deus e com Deus e ter que assumir uma eterna existência exilada dessa condição desprezada na história.

*** Horton, Stanley M. Teologia. Sistemática: uma perspectiva pentecostal

**** Severa, Zacarias de Aguiar. Manual de teologia sistemática. Ed AD Santos

***** Horton, Stanley M. Teologia Sistemática: uma perspectiva pentecostal

***** Erickson, Millard J. Introdução à teologia sistemática.

BIBLIOGRAFIA

- BÉRGSTEN, Eurico. Introdução à teologia sistemática. Riode Janeiro: CPAD, 1999.
- BRAATEN, Cari E.; JENSON, Robert W. Dogmática cristã. Porto Alegre: Sinodal, s.d.
- CLARCK David S. Compêndio de teologia sistemática. 5. ed. São Paulo: Cultura, s.d.
- ERICKSON, Millard J. Introdução à teologia sistemática. São Paulo: Vida Nova, s.d.
- GIBELLINI, Rosino. A teologia do século XX. São Paulo: Loyola, s.d.
- HORTON, Stanley M., ed. ger. Teologia sistemática: uma perspectiva Pentecostal Rio de Janeiro: CPAD, 1996.
- HORTON, Stanley M. Doutrinas bíblicas: uma perspectiva pentecostal. Rio de Janeiro: CPAD, 1996.
- LANGSTON, A. B. Esboço de teologia sistemática. 8. ed. Rio de Janeiro: Juerp, s.d.
- LIBANIO, João Batista. Eu creio, nós cremos. São Paulo: Loyola, s.d.
- PEARLMAN, Myer. Conhecendo as doutrinas da Bíblia. 3.ed. São Paulo: Vida, s.d.
- SEVERA, Zacarias de Aguiar. Manual de teologia sistemática. Curitiba: Assembléia de Deus em Santos, s.d.
- VERMES, Geza. A religião de Jesus. 7. ed. São Paulo: Imago, s.d.
- WEGNER, Uwe. Exegese do Novo Testamento. Sinodal.